



Qualificação de profissionais da saúde para testagem rápida de Infecções Sexualmente Transmissíveis: experiência da Escola de Saúde Pública de Minas Gerais

Qualification of health professionals for the rapid testing of
Sexually Transmitted Infections: the experience of the
School of Public Health of Minas Gerais

Michely de Lima Ferreira Vargas

Analista em Educação e Pesquisa em Saúde; Escola de Saúde Pública do Estado de Minas Gerais (ESP-MG); Doutora em Políticas Públicas da Educação (UFMG); Belo Horizonte, MG, Brasil;
E-mail: michely.vargas@esp.mg.gov.br; ORCID: 0000-0003-1367-0831

Juliana Lúcia Costa Santos Moraes

Analista em Educação e Pesquisa em Saúde; Escola de Saúde Pública do Estado de Minas Gerais (ESP-MG); Mestre em Parasitologia (UFMG); Belo Horizonte, MG, Brasil;
E-mail: juliana.moraes@esp.mg.gov.br; ORCID: 0000-0002-0289-1148

Michelle Souza Costa

Mestre em Parasitologia (UFMG); Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais (SES-MG); Belo Horizonte, MG, Brasil;
E-mail: michellecosta.mg@gmail.com; ORCID: 0000-0001-7983-1146

Resumo: O objetivo do presente artigo é relatar experiência desenvolvida pela Escola de Saúde Pública do Estado de Minas Gerais, de qualificação de profissionais da Atenção Primária em Saúde para realização da testagem rápida de Infecções Sexualmente Transmissíveis, mais especificamente HIV/Aids; Sífilis e Hepatites Virais. Em atendimento a demanda apresentada pela Secretaria de Saúde do Estado de Minas Gerais, a Escola desenvolveu metodologia de formação para qualificar profissionais para a realização de todas as etapas da testagem rápida, incluindo treinamento prático e preparo para realização de Acolhimento e Aconselhamento pré, durante e pós teste. O curso foi ofertado de forma descentralizada, durante o período de junho de 2019 a março de 2020 em sete regionais de saúde do estado. Foram qualificados ao total 704 profissionais atuantes na Atenção Primária em Saúde em MG. A avaliação positiva do curso, na percepção dos profissionais qualificados evidencia o sucesso da iniciativa. Por sua vez, os dados recentes sobre a notificação desses agravos reforçam a necessidade de se continuar a investir na qualificação dos profissionais de forma a se avançar na implementação da testagem rápida no estado.

Palavras-chave: Infecções Sexualmente Transmissíveis (IST); Atividades de Formação; Testes Rápidos.

Abstract: This article aims at reporting an experience carried out by the School of Public Health of Minas Gerais for the qualification of Primary Health Care professionals to perform rapid testing of Sexually Transmitted Infections), especially HIV/Aids, Syphilis and Viral Hepatitis. Attending to the demand presented by the Health Secretariat of Minas Gerais, the School developed a training methodology to qualify professionals to perform all stages of rapid testing, including the practical training and preparation for drop-in and advice services prior, during and after testing. The course was offered in a decentralized way, from June 2019 to March 2020 in seven health regionals of the state. In sum, 704 PHS professionals from Minas Gerais were qualified. The course's positive evaluation, in the perception of qualified professionals, attests to the success of the initiative. Recent

data on the notification of these diseases, in turn, reinforce the necessity to continue investments in the qualification of professionals to advance the implementation of rapid testing in the state.

Keywords: Sexually Transmitted Infections (STIs); Training Activities; Rapid Tests.

Introdução

As Infecções Sexualmente Transmissíveis (IST) se constituem em “um dos problemas de saúde pública mais comuns [...] em ambos os sexos” sendo que sua ação torna “o organismo mais vulnerável a outras doenças, inclusive a Aids”¹, além de se relacionarem à mortalidade materna e infantil. Em 2019, no Brasil foram diagnosticados cerca de 41.909 novos casos de HIV e 37.308 casos de Aids, sendo que entre os anos de 1980 a junho de 2020 foram detectados um total de 1.011.617 casos de Aids^{2:8}.

Conforme dados da Secretaria de Estado da Saúde de Minas Gerais (SES-MG)^{3,4}, até o mês de outubro do ano de 2020, foram notificados no Sistema de Informação de Agravos de Notificação (SINAN), 2.509 casos de HIV/Aids e 9.075 de sífilis adquirida em MG. Em 2019, ano para o qual estão disponíveis os dados mais recentes sobre a notificação de hepatites virais no estado, foram notificados 994 casos de hepatite B e 1.437 de hepatite C. Esses dados evidenciam a necessidade da continuidade e do reforço das ações relacionadas ao diagnóstico e tratamento dessas IST⁵.

Considerando esse contexto e tendo em vista a importância da implementação de políticas públicas relacionadas às IST, o Ministério da Saúde (MS) e as Secretarias Estaduais de Saúde têm desenvolvido diversas iniciativas, algumas delas voltadas para a ampliação da qualificação dos profissionais da saúde para o diagnóstico e o atendimento da população.

Em Minas Gerais, a Nota Técnica Conjunta SVEAST/SRAS/SAPS/SES-MG n° 01/2016 estabelece como uma dessas estratégias, a implantação dos testes rápidos na Atenção Primária em Saúde (APS) visando qualificar e ampliar o acesso ao diagnóstico do HIV e à detecção de Sífilis e de Hepatites B e C.

Os testes rápidos se constituem em exames cuja metodologia permite a detecção de anticorpos em menos de 30 minutos, possuem baixo custo operacional, são altamente sensíveis e específicos e de simples aplicação, manuseio e interpretação.⁶

A adoção da testagem rápida na APS proporciona, entre outros benefícios, o diagnóstico ainda durante o primeiro trimestre gestacional, de forma a permitir o controle da transmissão vertical do HIV. Além disso, “o acesso ao diagnóstico precoce é fator determinante da melhor resposta ao tratamento da infecção pelo HIV, Sífilis e Hepatites”⁶.

O programa de IST/Aids e Hepatites Virais da SES-MG coordena ações que “visam promover a proteção com o uso do preservativo durante as relações sexuais, como também o incentivo ao diagnóstico e tratamento precoce”, destacando-se no caso do objetivo de redução da transmissão do

HIV/Aids a rede de atenção especializada composta pelos Serviços de Atenção Especializada/Centros de Testagem e Aconselhamento (SAE/CTA) e a implantação do diagnóstico na Atenção Primária por meio do teste rápido^{7:36}.

Mediante a necessidade de qualificar os profissionais da APS no estado para a execução dos testes rápidos, a SES-MG, em Nota Técnica Conjunta anteriormente mencionada, estabeleceu que essa formação deve se dar conforme moldes prescritos pelo MS. Dessa forma, a qualificação deve conjugar etapas realizadas à distância, por meio de *web* conferência ou através de cursos disponibilizados gratuitamente por meio da plataforma TELELAB, programa de educação permanente do Ministério da Saúde, que disponibiliza cursos gratuitos certificados pela Universidade Federal de Santa Catarina [UFSC]; sucedidos por treinamento presencial nos SAE/CTA de referência dos municípios, nos quais seria realizado o “Módulo prático de formação dos profissionais da UBS”^{6:3}.

Contudo, conforme a Coordenação de IST/Aids e Hepatites Virais da SES-MG, esse modelo não estaria surtindo o efeito desejado, sendo necessário adaptá-lo de forma a possibilitar a qualificação de um maior número de profissionais nas regionais de saúde do estado de Minas Gerais, bem como avançar na implantação da testagem rápida na APS.

Assim, no final do ano de 2016, a Coordenação de IST/Aids e Hepatites Virais da Subsecretaria de Vigilância e Proteção à Saúde/Superintendência de Vigilância Epidemiológica, Ambiental e Saúde do Trabalhador/Diretoria de Vigilância Epidemiológica (SVPS /SVEAST/ DVE), atualmente denominadas, respectivamente, “Subsecretaria de Vigilância em Saúde” e “Superintendência de Vigilância epidemiológica”, entrou em contato com a Escola de Saúde Pública do Estado de Minas Gerais (ESP-MG), apresentando demanda relativa à elaboração e oferta de curso destinado à qualificação de profissionais da APS para a realização de Teste Rápido de HIV, Sífilis e Hepatites B e C.

A ESP-MG, instituição criada em 1946, ao longo de sua história tem exercido papel relevante para a qualificação dos profissionais do SUS-MG, sendo responsável pelo desenvolvimento e oferta de ações nas áreas de educação e pesquisa em saúde. Entre as diretrizes que norteiam sua atuação, consta a integração entre ensino e trabalho e a preocupação de sempre “referenciar suas ações tendo em vista as necessidades do serviço de saúde”⁸.

A partir do entendimento da SES-MG, de que a qualificação dos profissionais da APS para a realização da testagem rápida deve se dar de acordo com a “proposta pedagógica validada pelo Ministério da Saúde”, e que essas orientações poderiam ser “adaptadas localmente, conforme vivências e pactuações”^{6:2}, a ESP-MG construiu e ofertou uma proposta de formação fundamentada nos princípios da Educação Permanente em Saúde (EPS), adaptada às necessidades da SES - MG.

Apresentar e analisar a experiência da ESP-MG na formulação e oferta do Curso de Qualificação de profissionais da APS para realização de teste rápido de IST é o objetivo do presente artigo. Inicialmente são comentados resultados de estudos e pesquisas que examinaram diversos aspectos relacionados aos desafios e potencialidades da implementação da testagem rápida de IST no Brasil. Essa análise é sucedida pela apresentação do processo de elaboração e oferta da Qualificação, destacando-se os resultados obtidos por meio do curso. Por fim, são proporcionados alguns comentários e sugestões tendo em vista contribuir para a realização de experiências semelhantes.

Testagem rápida de IST e APS: desafios e potencialidades

O Brasil possui uma longa e sólida trajetória na implementação de políticas públicas voltadas para o diagnóstico, prevenção e tratamento de IST. A qualidade e eficiência de seu modelo de prevenção e tratamento do HIV/ Aids é reconhecida internacionalmente⁹.

Desde a identificação do primeiro caso de HIV no Brasil no ano de 1980 e da criação, em 1986, do Programa Nacional de DST/Aids (PNDST/Aids), foram instituídas diversas iniciativas, a exemplo da disponibilização do TELELAB no ano de 1997; da inclusão, em 2012, dos testes rápidos de Sífilis e HIV entre os exames solicitados durante o pré-natal e da descentralização, em 2015, dos testes rápidos de sífilis para unidades da APS e maternidades, processo ainda em andamento¹⁰.

A opção pela testagem rápida de IST como uma das estratégias possíveis se justificaria por diversos fatores, tais como a possibilidade de ampliação do acesso da população ao diagnóstico precoce e à realização do tratamento em tempo hábil, a melhoria da qualidade de vida das “Pessoas Vivendo com HIV/Aids” (PVHA), a “[...] diminuição da morbidade, mortalidade” e da “incidência da infecção por HIV e aids [...]”^{11:677}.

Outros benefícios se relacionariam à própria metodologia de realização dos testes, que, como anteriormente mencionado, não demanda transporte, estrutura laboratorial e/ou profissionais especializados, além de apresentar resultados em questão de minutos, oportunizando o “[...] acesso dos cidadãos ao conhecimento, quase imediato, do seu estado sorológico [...]”^{12:6}, minimizando assim os efeitos negativos decorrentes da ansiedade e tensão gerados pelo maior tempo de espera pelos resultados de exames laboratoriais.

Não obstante, apesar dos efeitos positivos decorrentes da adoção da testagem rápida, persistiriam diversos aspectos a equacionar, de modo a avançar, de fato, em sua implementação na APS. Entre os problemas identificados por estudos realizados em diversas regiões do país, constariam falhas na logística para distribuição de insumos assim como no armazenamento e conservação dos *kits*; ausência de fluxos adequados de atendimento; escassez de equipamentos de proteção individual e

lacunas na qualificação dos profissionais de saúde, desde a ausência de preparação para realização do acolhimento e aconselhamento e/ou da abordagem insuficiente dessa temática em carga horária reduzida; oferta da formação somente a profissionais da enfermagem, sem inclusão de trabalhadores da saúde com outras formações; falta de materiais e insumos necessários para atividades relacionadas à promoção da saúde sexual e prevenção de IST; ausência de sistematização de atividades de EPS e restrição de sua realização às formações ocasionais¹¹⁻¹⁴.

A falta de qualificação e/ou a qualificação insuficiente trazem consequências para a forma como os testes são implementados, uma vez que alguns profissionais se consideram incapazes de reportar resultados positivos aos usuários de serviços de saúde e afirmam não se sentir seguros para realizar acolhimento/aconselhamento pré e pós teste, evitando assim realizar essa atividade ou restringindo-a a aspectos meramente informativos, com caráter de “palestra” ou aula^{11,12}.

A superação dessas dificuldades, envolve, necessariamente, o fortalecimento de programas de EPS, compreendidos para além da realização de capacitações esporádicas e capazes de efetivamente abordar não apenas os aspectos essencialmente técnicos da testagem rápida, mas também:

[...] os aspectos psicológicos, emocionais, sociais, os quais permeiam o HIV/aids. Esse modelo de educação busca construir ações crítico-reflexivas e participativas nos processos de ensino-aprendizagem. Também possibilita a reestruturação dos conhecimentos do trabalhador a partir da problematização e de demandas internas de suas práticas laborais.^{12:6}

Considerando, conforme evidenciam os estudos citados, a necessidade e importância de se qualificar os profissionais da saúde para a realização de todos os procedimentos envolvidos na testagem rápida da IST, o curso elaborado e ofertado pela ESP-MG objetivou auxiliar os trabalhadores a ampliarem e qualificarem suas estratégias de interação com os usuários dos serviços, sempre por meio da escuta qualificada, livre de pré-noções e pré-julgamentos.

A próxima seção deste artigo apresenta e comenta as principais etapas de elaboração e oferta da qualificação de profissionais para realização da testagem rápida de IST.

Breve histórico de desenvolvimento e oferta do Curso

A elaboração da Qualificação conjugou a realização de etapas diversas, incluindo reuniões de planejamento com a Coordenação de Infecções Sexualmente Transmissíveis/Aids e Hepatites Virais da SES-MG; levantamento de dados epidemiológicos e estatísticas oficiais acerca da ocorrência das IST no Brasil e em MG, análise e sistematização da legislação nacional e estadual vigente sobre o tema, além de consulta aos manuais e protocolos disponibilizados pelo MS e por Secretarias de Saúde sobre capacitações de profissionais para realização de testagem rápida de IST.

Esse processo subsidiou a redação do Projeto Pedagógico, em especial o delineamento dos objetivos, da justificativa, do referencial teórico e do conteúdo programático do curso, definidos de forma cuidadosa e criteriosa, por se tratar de uma formação relacionada às IST, temática ainda hoje envolta em questões culturais e comportamentais de delicada abordagem.

Delineamento da ação: público-alvo; Regionais de Saúde contempladas; profissionais responsáveis pela qualificação e aspectos pedagógicos

A definição do público-alvo da ação considerou as informações fornecidas pela Coordenação de IST/Aids e Hepatites virais da SES-MG e a legislação vigente sobre a testagem rápida, sendo destinada a profissionais com escolaridade de nível superior, na área da saúde, incluindo também técnicos em saúde que atuassem na APS, que, conforme o Conselho Regional de Enfermagem (COREN), podem realizar os procedimentos da testagem rápida, à exceção da emissão de laudo. Os profissionais precisaram comprovar possuir certificação nos cursos Diagnóstico de HIV; Diagnóstico de Sífilis; Diagnóstico de Hepatites e Avaliação Externa de Qualidade dos Testes Rápidos (AEQ - Teste Rápido), disponíveis na plataforma TELELAB¹⁵.

Em Minas Gerais, o Plano Diretor de Regionalização (PDR/MG)¹⁶ da Secretaria de Saúde estabelece uma Divisão Administrativa que organiza os 853 municípios do estado em 28 Superintendências e/ou Gerências Regionais de Saúde (SRS/GRS), que se reportam ao Nível Central da Secretaria. Sendo assim, para o dimensionamento da oferta da qualificação, a ESP-MG solicitou à SES-MG a realização de levantamento de demanda junto às Regionais de Saúde do estado¹⁵. O levantamento identificou 4.705 profissionais a qualificar em 605 municípios. Tendo em vista esse número considerável e as dimensões territoriais de MG, optou-se por uma oferta descentralizada do curso e pelo atendimento escalonado da demanda, incluindo inicialmente 10 Regionais de Saúde nas quais se considerou mais urgente e/ou estratégica a implementação do curso, a saber: Itabira, Januária, Juiz de Fora, Leopoldina, Montes Claros, Pirapora, Sete Lagoas, Ubá, Uberaba e Uberlândia.

A realização do curso foi estruturada a partir da colaboração de Referências Técnicas (RTs) em atuação nas Regionais de Saúde contempladas e coordenada pela ESP-MG na capital do estado, tendo se optado por realizar as atividades letivas nas cidades sede das Regionais mencionadas. Nessa perspectiva, as RTs realizaram a divulgação do curso nos municípios, atuaram como articuladoras no contato junto a gestores municipais para que estes indicassem os profissionais a receberem a qualificação e garantiram espaços e estrutura adequados ao desenvolvimento do curso, bem como o acesso ao material utilizado no treinamento dos testes rápidos. A mediação do processo de formação

de turmas, junto aos municípios incluiu ainda o recebimento e repasse à ESP-MG da documentação necessária para matrícula e certificação dos profissionais de saúde indicados pelos municípios.

Com base na estimativa de alunos a qualificar, o nível central enviou às Regionais de Saúde os materiais necessários para a realização da parte prática da formação, e em conjunto com a ESP-MG, orientou as RTs das Regionais acerca da necessidade de definição de espaço físico adequado para a realização das atividades letivas, de forma a possibilitar o manuseio e a utilização dos *kits* e insumos, além da disponibilização de equipamentos para projeção de *slides / power point* pelos profissionais responsáveis por ministrar a qualificação.

Foram credenciados e contratados Apoios Educacionais (AEs) responsáveis por ministrar, nas Regionais de Saúde, as 8H de formação com cada uma das turmas efetivamente formadas. Esses profissionais, graduados na área da saúde, com experiência no manejo de IST e na execução de teste rápido, precisaram ainda comprovar possuir certificação nos cursos disponibilizados gratuitamente pela plataforma TELELAB, anteriormente mencionados. Foi também contratado um profissional, segundo os mesmos pré-requisitos, para atuar na ESP-MG, auxiliando a coordenação do curso no acompanhamento e suporte às atividades dos AEs em cada regional. Todo o processo de credenciamento e contratação atendeu a requisitos fixados em edital de credenciamento específico. Das 10 regionais elegidas, Montes Claros e Itabira não realizaram a qualificação por motivo de desistência dos profissionais contratados.

Por sua vez, a delimitação da CH total do curso (8H) levou em consideração as orientações definidas na Nota Técnica Conjunta SVEAST/SRAS/SAPS/SES-MG n° 01/2016 sobre a formação dos profissionais de saúde para realização da testagem rápida. O documento prevê como pré-requisito à participação dos alunos na formação presencial a conclusão com certificação de quatro cursos relacionados à temática da testagem rápida de IST disponibilizados pela plataforma TELELAB, anteriormente mencionados, integralizando assim 60H na modalidade EAD.

Tendo em vista que os cursos do TELELAB analisam de forma detalhada “os princípios metodológicos de testes sorológicos utilizados no diagnóstico da Infecção pelo HIV e sua análise e interpretação”¹⁷, bem como na triagem de Sífilis e Hepatites Virais; considerou-se que a parte presencial da formação retomaria brevemente estes conteúdos e enfatizaria o acolhimento e o aconselhamento, a compreensão da metodologia e o treinamento da execução dos procedimentos para realização dos testes rápidos, contemplando ainda um panorama dos fluxos na Assistência, conteúdos esses que poderiam ser contemplados em 8H letivas. Além disso, outro fator considerado foi a intenção de concentrar as atividades em um único dia, não comprometendo o trabalho dos profissionais em suas unidades de serviço e facilitando sua liberação para participação na formação.

Optou-se por limitar, em cada turma, o número máximo de alunos a 10 participantes, visando facilitar a realização e o acompanhamento da parte prática da formação, possibilitando ao Apoio Educacional orientar e praticar, junto aos alunos, a coleta, leitura, interpretação e registro dos resultados de todos os *kits* utilizados na formação, referentes à todas as IST abordadas, bem como refletir, discutir e realizar dinâmicas e/ou outras metodologias para apresentar e simular técnicas e procedimentos referentes ao acolhimento e aconselhamento pré, durante e pós teste. Sendo assim, essa opção se justificou pelo entendimento de que a parte prática da formação demandava um acompanhamento criterioso para dirimir possíveis dúvidas e orientar quanto à adequação dos procedimentos em cada etapa da testagem rápida, o que seria mais viável em pequenos grupos.

Qualificação pedagógica

Considerando a importância da qualificação dos profissionais responsáveis pela condução das atividades, foram realizadas, anteriormente ao início do curso, videoconferências com os AEs e RTs de cada uma das Regionais participantes, visando ao alinhamento acerca dos objetivos e características dessa formação. As videoconferências foram mediadas por representantes da ESP-MG e da Coordenação de IST/Aids da SES-MG. Foram apresentados aos AEs e às RTs a estrutura, os conteúdos temáticos e os objetivos do curso, bem como discutidos os demais aspectos relacionados à sua implementação. As videoconferências foram realizadas também durante o período de oferta do curso, nos casos em que foi preciso reforçar e/ou estimular a formação de turmas.

Dessa forma, durante todo esse processo, a ESP manteve contato frequente com os profissionais responsáveis pela implementação do curso, tanto no nível central da SES-MG, quanto nas Regionais com as RTs que, entre outras atividades anteriormente citadas, forneciam suporte aos AEs contratados pela ESP-MG para conduzir as atividades letivas com cada uma das turmas efetivamente formadas.

Material Didático

De forma a minorar possíveis dificuldades decorrentes da realização descentralizada e simultânea da formação em diversas regiões de MG, buscou-se fornecer a melhor orientação e o melhor acompanhamento possíveis aos profissionais responsáveis por implementar o curso. Aspecto central dessa estratégia consistiu na elaboração, especialmente para a qualificação, de Guia Didático construído a partir de amplo levantamento e análise dos referenciais bibliográficos que subsidiaram a realização da formação.

Estruturado em duas seções, inicialmente o material apresentava de forma detalhada os objetivos e a estrutura do curso, de forma a orientar os AEs e as RTs das Regionais acerca de todas as etapas de planejamento e realização das atividades, especificando as tarefas sob responsabilidade de cada um dos atores envolvidos na ação educacional, incluindo a ESP e a SES-MG. O material informava ainda aos AEs sobre suas atribuições, conforme previstas quando de sua contratação, tais como a elaboração de um cronograma com os dias de realização das qualificações, bem como de um plano de aula para nortear as atividades a serem desenvolvidas, a partir do Guia Didático recebido. Foram incluídos no Guia modelos que orientavam os profissionais na elaboração e entrega de relatórios como comprovação da realização da qualificação e para fins de pagamento pelos serviços prestados.

A segunda seção, direcionada exclusivamente aos AEs, orientava e subsidiava a estruturação das 8H de atividades, apresentando de modo aprofundado a matriz curricular, com especial atenção para o conteúdo referente ao Acolhimento e ao Aconselhamento, examinado por meio da sugestão de dinâmicas e outras estratégias didáticas que poderiam estimular nos alunos a capacidade de se sentirem acolhidos para conseguirem também acolher e assim desenvolver a capacidade de se colocar no lugar do outro, de forma qualificada e livre de julgamentos.

Período e periodicidade de oferta do curso

A oferta do curso ocorreu no período entre os meses de junho de 2019 a março de 2020, sendo que o cronograma de oferta das atividades letivas em cada regional levou em consideração a vigência do contrato do Apoio Educacional; a efetiva formação de turmas; o número de turmas formadas bem como a disponibilidade dos AEs e das RTs para a realização e/ou suporte das atividades. Dessa forma, algumas Regionais concluíram a qualificação em menor espaço de tempo do que outras, nas quais a demanda era mais elevada e/ou a formação de turmas foi mais morosa. Facultou-se aos municípios a possibilidade de indicarem profissionais para realização da capacitação durante todo o período de oferta do curso, sendo assim a formação de turmas se deu de modo contínuo correspondendo, em algumas vezes, à demanda informada pelos municípios anteriormente ao início da qualificação e, em outros casos, sendo inferior ao que foi previamente estimado.

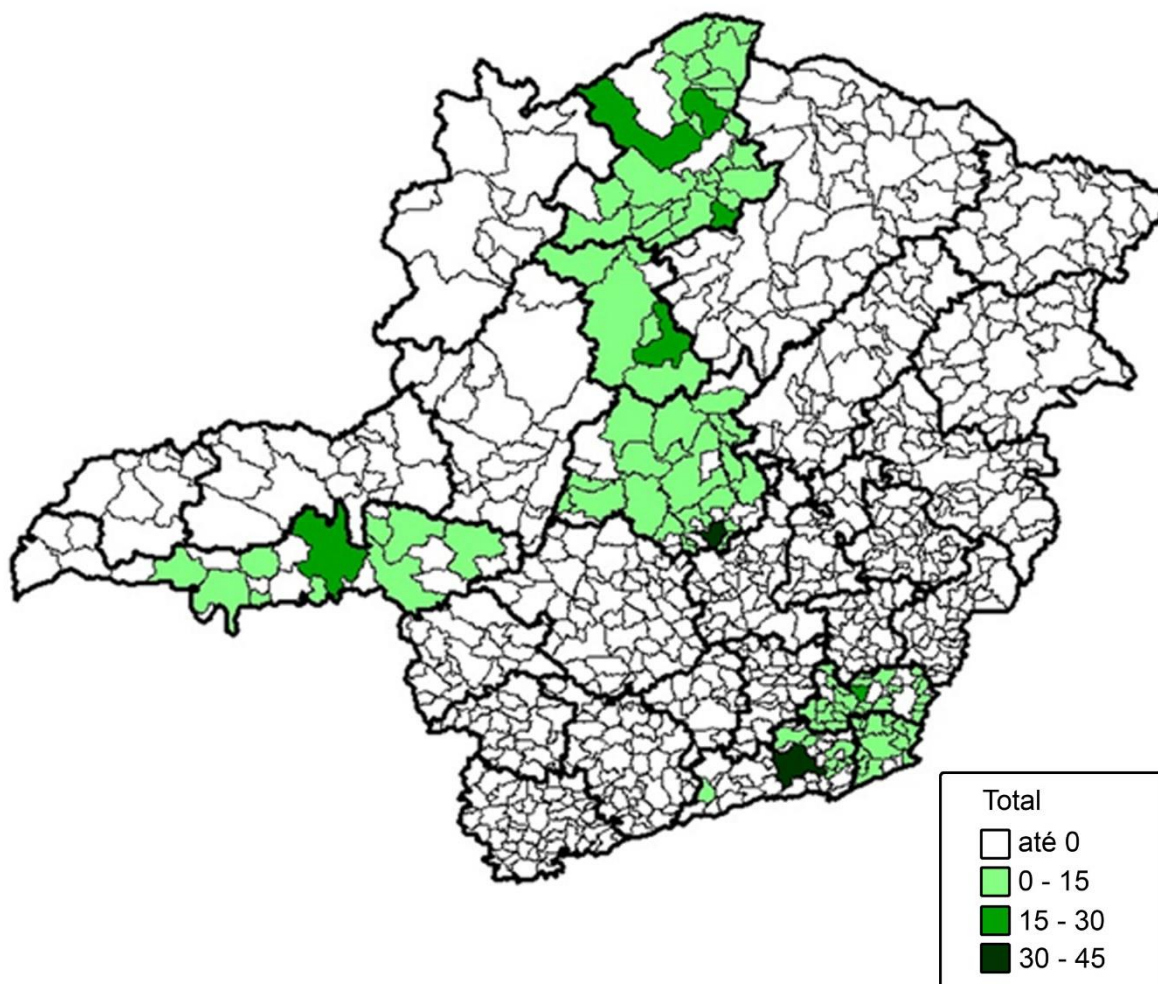
Resultados obtidos: número de alunos qualificados

Foram qualificados 704 alunos que concluíram o curso nas Regionais de Saúde participantes, conforme consta no Quadro 1 e no Mapa 1. Esse total corresponde a cerca de 52% da demanda inicialmente informada por essas Regionais.

Tabela 1. Número de alunos qualificados por GRS/SRS

GRS / SRS	Número de alunos qualificados
Januária	168
Pirapora	38
Juiz de Fora	63
Leopoldina	52
Ubá	195
Uberaba	60
Sete Lagoas	128
Total	704

Fonte: Elaborado pelas autoras

Mapa 1. Mapa das Regionais de Saúde atendidas no Edital de Qualificação de profissionais da saúde para testagem rápida de Infecções Sexualmente Transmissíveis

Fonte: Elaborado pelas autoras

A diferença entre a demanda inicialmente informada por algumas Regionais de Saúde e o número de alunos efetivamente qualificados pode ser explicada, entre outros fatores, pelo elevado índice de rotatividade de profissionais na APS e/ou por uma superestimação do total de profissionais a qualificar; pela utilização de outras estratégias para qualificação dos profissionais, tais como a recorrência aos SAE/CTA; por dificuldades dos profissionais de saúde em concluir os cursos ofertados via TELELAB, pré-requisito à participação na parte prática da formação; por dificuldades dos serviços de saúde em liberar os profissionais para se ausentar dos seus locais de trabalho, tendo que, em alguns casos, se deslocar até as cidades sede das Regionais para participar da formação. Não obstante, os resultados obtidos evidenciam que a implementação da qualificação foi bem-sucedida, uma vez que todas as turmas formadas foram efetivamente qualificadas.

Avaliação do Curso

Foi elaborado Questionário Semiestruturado encaminhado às RTs das Regionais via e-mail para impressão e distribuição aos alunos, pelos AEs, no momento de realização das atividades presenciais. O questionário solicitava aos alunos informar sua percepção sobre o conteúdo abordado nas aulas e a atuação do Apoio Educacional entre outros aspectos. Em todas as Regionais a avaliação do curso apresentou índices acima de 90% de profissionais que consideraram ótimo ou bom o conteúdo, a metodologia utilizada e a atuação do Apoio Educacional contratado pela ESP-MG, demonstrando uma avaliação geral extremamente positiva do curso ofertado pela ESP-MG.

Percepções dos AE sobre as condições para realização da qualificação

Por sua vez, os relatórios elaborados pelos AEs, quando da comprovação do serviço prestado, incluíam campo específico à avaliação que os profissionais faziam em relação às condições para a realização da formação, especificamente os fatores facilitadores e dificultadores. Entre os aspectos mencionados, os profissionais destacavam como positivo a disponibilização do Guia Didático do curso; o suporte e as orientações recebidas pela ESP-MG e pelas Regionais. Os aspectos dificultadores, quando mencionados, reportavam, entre outras questões, inadequação de alguns dos espaços físicos reservados para a realização da parte prática da formação, o que, quando ocorria, buscava-se solucionar por meio da utilização de outros locais/espacos. Alguns AE descreveram em seus Relatórios dificuldades relatadas pelos participantes do curso para a realização da testagem rápida nos municípios nos quais atuavam, em especial falta de local adequado para acondicionar os testes.

A participação dos alunos e dos AEs foi certificada pela Secretaria de Gestão Acadêmica da ESP-MG, tendo sido elaborado Relatório Final encaminhando à coordenação da ESP-MG¹⁸.

Considerações finais

Elaborar, planejar e acompanhar um curso de natureza prática, que envolvia a coleta de materiais biológicos (sangue e/ou fluido oral); ofertado de forma descentralizada, em um estado com as dimensões territoriais de MG; com foco na temática das IST, assunto ainda hoje envolto em pré-noções e preconceitos; constituiu-se em enorme desafio, que demandou da ESP-MG extremo cuidado e monitoramento constante em todas as etapas, antes, durante e após as atividades.

Esses cuidados na organização e acompanhamento do curso se refletiram nos bons resultados obtidos, em especial no número de profissionais qualificados e na avaliação extremamente positiva da formação. Conforme indica a percepção dos alunos qualificados e o entendimento dos profissionais responsáveis pela qualificação, a metodologia utilizada para realização do curso demonstrou-se adequada e coerente com os objetivos previamente determinados.

Contudo, como anteriormente citado, as estatísticas referentes à incidência das IST reforçam a importância de se ampliar e consolidar, na APS, a utilização de estratégias bem-sucedidas tais como a testagem rápida, de forma a ampliar o acesso ao diagnóstico e o início do tratamento em tempo hábil, minorando assim custos econômicos, sociais e culturais relacionados às complicações decorrentes desses agravos.

Ao qualificar profissionais em atuação na APS, o curso colaborou para qualificar esse nível de atenção, considerado porta de entrada para o SUS. Comprometida em disseminar e estimular, por parte dos profissionais da saúde, a reflexão e o exercício da escuta qualificada e livre de pré-noções, a qualificação acolheu os profissionais para que pudessem também acolher aos usuários da testagem rápida de IST.

Ao reconhecer, conforme as normativas do MS e da SES-MG, a relevância de preparar os profissionais para todos os procedimentos da testagem, o que inclui o Acolhimento e o Aconselhamento, o curso colaborou para fortalecer os profissionais da saúde para a realização dessas atividades, diminuindo assim as consequências negativas para a implementação da testagem rápida decorrentes de lacunas na formação desses profissionais e da sensação de insegurança e/ou despreparo relatada por alguns destes trabalhadores¹⁰.

Assim como mencionado, previa-se a continuidade da oferta do curso, de forma a contemplar Regionais de Saúde não incluídas no primeiro Edital de Credenciamento. Contudo, a emergência da pandemia de COVID-19 em 2020 e a consequente suspensão¹⁹ das atividades educacionais presenciais ofertadas pela ESP-MG durante a vigência da emergência em saúde pública no estado de MG, inviabilizaram a continuidade da oferta na modalidade presencial. Diante desse quadro, em decisão

conjunta, a SES-MG e a ESP-MG optaram por rever a modalidade de oferta do curso de maneira a permitir a continuidade das atividades, ainda que de modo diverso do que foi inicialmente planejado.

Durante a pandemia, intensificou-se, em todos os níveis e modalidades de ensino, a utilização da Educação à Distância (EAD), como alternativa possível frente às restrições para realização de atividades presenciais. Considerando a possibilidade de oferta do curso à distância, foi discutida a adaptação da qualificação conforme os limites e possibilidades dessa modalidade. Assim, compreendeu-se que o curso deixaria de abordar a parte prática, passando a concentrar-se na abordagem do Acolhimento e do Aconselhamento, contemplando ainda os fluxos e a organização dos serviços de saúde para a continuidade na assistência. Após adaptação o curso foi ofertado na modalidade EAD no segundo semestre de 2022. Foram registradas 2.229 inscrições, tendo sido ofertadas 1.000 vagas. A elevada procura e as avaliações positivas por parte dos alunos qualificados demonstram ter sido bem-sucedida e oportuna a opção pela oferta do curso nessa modalidade.

Se, por um lado, as alterações no formato do curso significaram a retirada de uma etapa importante da qualificação, por outro lado, a possibilidade de oferta na modalidade EAD significou um passo relevante no sentido da ampliação do público-alvo, não mais restrito ao complexo processo de formação de turmas, que, como mencionado, foi por vezes obstado pelas dificuldades dos serviços de saúde para liberação dos profissionais para se ausentar dos seus locais de trabalho. Além disso, a oferta via Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA) possibilitou a ampliação da CH do curso destinada à análise do Acolhimento e Aconselhamento, bem como permitiu a utilização de recursos audiovisuais que enriqueceram o processo de ensino e aprendizagem. Outro aspecto positivo foi a possibilidade de que os alunos acessassem o AVA do curso conforme suas disponibilidades, sem a rigidez de cronogramas pré-estabelecidos.

Em suma, encontrar estratégias e mecanismos possíveis para continuar a ofertar uma formação destinada a uma temática tão socialmente relevante, condiz com o compromisso da ESP-MG em cumprir sua missão de qualificar os profissionais de saúde e assim, qualificar a assistência e o cuidado em saúde em Minas Gerais.

Referências

1. Brasil. Ministério da Saúde. DSTs no Brasil. Departamento de Condições Crônicas e Infecções Sexualmente Transmissíveis. 2016 [acesso em 2016 nov 29]. Disponível em: <http://www.aids.gov.br/pagina/dst-no-brasil>.
2. Brasil. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Boletim Epidemiológico HIV/Aids 2020. Ministério da Saúde; 2020 dez [acesso em 2021 mar 22];(esp.):1-66. Disponível em: <http://www.aids.gov.br/pt-br/pub/2020/boletim-epidemiologico-hivaid-2020>

3. Minas Gerais. Secretaria de Estado de Saúde. Sífilis. Dados epidemiológicos. Número de casos adquiridos por ano e mês de notificação. Belo Horizonte, 2018-2020 [acesso em 2021 fev. 25]. Disponível em: <https://www.saude.mg.gov.br/sifilis#:~:text=A%20preval%C3%Aancia%20na%20gestante%20%C3%A9,a%20cada%201.00%20nascidos%20vivos>
4. Minas Gerais. Secretaria de Estado de Saúde. Dados epidemiológicos. Número de casos de HIV/Aids em Minas Gerais, de 2015 a 2020. Belo Horizonte; 2020 [acesso em 2021 fev 25]. Disponível em: <https://www.saude.mg.gov.br/aids>
5. Minas Gerais. Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais. Boletim Epidemiológico Mineiro [BEM]. Análise de Hepatites Virais. Belo Horizonte; 2020 [acesso em 2021 fev 25]; 3(6):1-59. Disponível em: https://www.saude.mg.gov.br/images/1_noticias/10_2020/1_jul-ago-set/22-07_Boletim_Epidemiologico_Mineiro_HV.pdf
6. Minas Gerais. Secretaria de Estado de Saúde. Nota Técnica Conjunta SVEAST/SRAS/SAPS/SES-MG n° 01/2016. Implantação dos Testes Rápidos nas Unidades Básicas de Saúde do Estado de Minas Gerais. 2016 [acesso em 2021 set 10]. Disponível em: <http://vigilancia.saude.mg.gov.br/index.php/download/nota-tecnica-conjunta-dispoe-sobre-a-implantacao-dos-testes-rapidos-nas-ubss-em-mg-2016/>
7. Minas Gerais. Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais. Boletim Epidemiológico Mineiro (BEM). Análise Epidemiológica do HIV/AIDS Panorama do ano de 2016. Belo Horizonte; 2017 [acesso em 2017 jul 4];3(3):1-55. Disponível em: https://saude.mg.gov.br/images/documentos/Boletim_HIV_AIDS_SES_MG_2017.pdf
8. Escola de Saúde Pública do Estado de Minas Gerais. ESP-MG 1946/2020: Aliando conhecimento e inovação em ensino e pesquisa a serviço da Saúde Pública. [data desconhecida] [acesso em 2021 mar 29]. Disponível em: <http://www.esp.mg.gov.br/sobre/institucional/a-escola>
9. Blog da Saúde [internet]. Aids: Brasil é referência mundial no tratamento da doença. [data desconhecida] [acesso em 2021 mar 29]. Disponível em: <http://www.blog.saude.gov.br/servicos/29124-aids-brasil-e-referencia-mundial-no-tratamento-da-doenca>
10. Miranda AE, Freitas FLS, Passos MRL, et al. Políticas públicas em infecções sexualmente transmissíveis no Brasil. *Epidemiol Serv Saude*. 2021;30(esp.1):1-8.
11. Araújo WJ, Quirino EMB, Pinho CM, et al. Percepção de enfermeiros executores de teste rápido em Unidades Básicas de Saúde. *Rev Bras Enferm*. 2018;71(supl.1):631-6.
12. Silva ITS, Valença CN, Silva RAR. Cartografia da implementação do teste rápido anti-HIV na Estratégia Saúde da Família: perspectiva de enfermeiros. *Escola Anna Nery*. 2017;21(4):e20170019.
13. Lima PBSXC, Araújo MAL, Melo AK, et al. Percepção dos profissionais de saúde e dos usuários sobre o aconselhamento no teste rápido para HIV. *Escola Anna Nery*. 2020;24(2):0171.
14. Fonseca PL, Iriart JAB. Aconselhamento em DST/Aids às gestantes que realizaram o teste anti-HIV na admissão para o parto: os sentidos de uma prática. *Interface Comunic Saude Educ*. 2012;16(41):395-407.
15. Minas Gerais. Secretaria de Estado de Saúde. Superintendências Regionais de Saúde (SRS) e Gerências Regionais de Saúde (GRS). Belo Horizonte; 2011 ago 2 [acesso em 2021 jul 1]. Disponível em: <https://www.saude.mg.gov.br/sobre/institucional/superintendencias-regionais-de-saude-e-gerencias-regionais-de-saude>
16. Minas Gerais. Secretaria de Estado de Saúde. Plano Diretor de Regionalização (PDR/MG). Belo Horizonte, 2012 out 30 [acesso em 2021 jul 1]. Disponível em: <https://www.saude.mg.gov.br/parceiro/regionalizacao-pdr2>
17. TELELAB. Diagnóstico e Monitoramento. [data desconhecida] [acesso em 2021 jul 20]. Disponível em: <http://telelab.aids.gov.br/index.php/cursos>
18. Escola de Saúde Pública do Estado de Minas Gerais. Coordenação de Promoção, Cuidado e Vigilância em Saúde. Qualificação de profissionais da Atenção Primária em Saúde para realização de Teste Rápido de HIV, Sífilis e Hepatites B e C: Relatório Final. Belo Horizonte; 2020. Não publicado.

19. Escola de Saúde Pública do Estado de Minas Gerais. Portaria ESP-MG nº 09 de 26 de março de 2020. Dispõe sobre serviços que, na qualidade de essenciais, não podem sofrer descontinuidade em sua prestação, no âmbito da Escola de Saúde Pública do Estado de Minas Gerais. Belo Horizonte; 2020 [acesso em 2021 jul 20]. Disponível em: http://www.esp.mg.gov.br/images/documentos/Portaria%20ESP%20009.2020__Servicos_essenciais.pdf

Como citar: Vargas MLF, Moraes JLCS, Costa MS. Qualificação de profissionais da saúde para testagem rápida de Infecções Sexualmente Transmissíveis: experiência da Escola de Saúde Pública de Minas Gerais. **Rev Saude Redes.** 2023;9(3):3936. doi: 10.18310/2446-4813.2023v9n3.3936

Submissão: 02/09/2022

Aceite: 21/08/2023